

**Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMILIA**  
**RUA 20 DE MARÇO, 99**  
**C.N.P.J. 92.410.422/0001-53**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**

## **EDITAL DE LICITAÇÃO**

**LICITAÇÃO NA MODALIDADE:** Pregão Presencial nº: 02/2013

**LICITAÇÃO TIPO:** Menor Preço por Item

**ABERTURA DA PROPOSTA: DIA 20/2/2013**

**HORA: 10:00 hs**

**LOCAL:** Sala da administração da Prefeitura Municipal de Sagrada Família, localizada na Rua 20 de março, 99.

**O MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMILIA, RS**, torna público que se encontra aberta a licitação, na modalidade **Pregão Presencial**, devidamente autorizada pelo Exmo.Sr. Prefeito Municipal, **ALCIDES CE DA CILVA**, sob a forma de julgamento **Menor Preço por Item**, e, processando-se nos termos da Lei Federal n.º 10.520/2002, e com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores e as cláusulas e condições deste edital.

### **DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

A presente licitação na modalidade **Pregão Presencial**, tipo **Menor Preço por Item**, tem por objetivo a **Aquisição de gêneros alimentícios, destinados a alimentação escolar da rede Municipal de Ensino**, de acordo com as descrições e/ou especificações constantes do ANEXO I  
OBS: TODOS OS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DEVEM SER DE BOA QUALIDADE

### **1 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:**

Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 6 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

Envelope nº 01-PROPOSTA FINANCEIRA

AO  
MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMILIA/RS  
Pregão Presencial nº: 2/2013  
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA FINANCEIRA  
PROPONENTE ( NOME COMPLETO DA EMPRESA)

Envelope nº 02- DOCUMENTOS

AO  
MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMILIA/RS  
Pregão Presencial nº: 2/2013  
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS

PROPONENTE ( NOME COMPLETO DA EMPRESA)

1.1- As Licitantes poderão apenas enviar seus envelopes, sendo que será considerado somente o valor da

proposta como o valor mínimo, perdendo o direito de lances, por não se fazerem representar.

**Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMÍLIA**  
**RUA 20 DE MARÇO, 99**  
**C.N.P.J. 92.410.422/0001-53**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**

## **2 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:**

**2.1.** A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, no dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

### **2.2. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:**

**a)** se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

**a.1)** cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

**a.2)** documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

**a.3)** inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

**a.4)** decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

**a.5)** registro comercial, se empresa individual.

**a.6)** fotocópia do documento de identidade, ou carteira de motorista do representante legal.

**b)** se representada por procurador, deverá apresentar:

**b.1)** instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

**b.2)** carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

**b.3)** fotocópia do documento de identidade, ou carteira de motorista do procurador regularmente constituído.

**Observação 1:** Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

**c)** A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar N.º123/2006 e alterações posteriores, deverá apresentar **declaração firmada pelo contador ou inscrição no Simples Nacional (cfe. Instrução Normativa 103/07) de que se enquadra como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.**

d) Declaração que a empresa está ciente e cumpriu plenamente todos os requisitos de habilitação.

**Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMÍLIA**  
**RUA 20 DE MARÇO, 99**  
**C.N.P.J. 92.410.422/0001-53**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**

2.3. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

**2.4. TODAS AS FOTOCOPIAS DOS DOCUMENTOS RELATIVOS AO CREDENCIAMENTO DEVERÃO SER APRESENTADOS FORA DOS ENVELOPES 01 (PROPOSTA) E 02 (DOCUMENTOS).**

**3 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:**

3.1. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nºs 01 - PROPOSTA e 02 - DOCUMENTAÇÃO.

3.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

3.3. O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame.

**4 - PROPOSTA DE PREÇO- (ENVELOPE 01):**

4.1. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em formulário padronizado de proposta constante no ANEXO I, para digitação de valores propostos, sendo que no item que gerar dúvida, será DESCLASSIFICADO.

**4.2 Deverá ser apresentado dentro do Envelope 01 Proposta Financeira:**

a) Declaração de que a proposta financeira observou as formas e condições constantes do Edital e ANEXO I, disponibilizado pelo Município.

4.3. A proposta deverá conter o **preço unitário** líquido, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora;

4.4. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no **preço unitário**, no máximo, **DUAS CASAS** decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

**5 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

5.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

5.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

5.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e

decrecentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

**Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMILIA**  
**RUA 20 DE MARÇO, 99**  
**C.N.P.J. 92.410.422/0001-53**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**

**5.4.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

**5.5.** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 5.3 e 5.4.

**5.5.1.** Dada a palavra a licitante, esta disporá de 60 s (sessenta segundos) para apresentar nova proposta.

**5.6.** É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

**5.6.1.** A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a **1% (um por cento)** do valor de cada item deste Edital.

**5.7.** Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste edital.

**5.8.** O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

**5.9.** Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

**5.10.** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

**5.11.** Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

**5.12.** A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

**5.13. Serão desclassificadas as propostas que:**

**a)** não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;

**b)** forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;

**d)** contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexeqüíveis;

**e)** alterem unidade(s), quantidade(s) e descrição(ões) do(s) item(ns) do ANEXO I.

**Observação:** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

**5.14.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

**Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMÍLIA**  
**RUA 20 DE MARÇO, 99**  
**C.N.P.J. 92.410.422/0001-53**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**

**5.15.** Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

**5.16.** A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de licitações deste Município, conforme subitem 14.2 deste edital.

**5.17.** Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

**6 - DA HABILITAÇÃO- (ENVELOPE 02):**

**6.1.** Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE N° 02, os seguintes documentos:

**6.1.1.** Declaração (de que não emprega menores de idade) que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.º 4.358-02;

**6.1.1.1.** Declaração de inexistência de fatos impeditivos à participação da empresa no certame;

**6.1.1.2.** Alvara de licença sanitária municipal, emitido pelo setor de vigilância sanitária deste município.

**6.1.2. - HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**a)** registro comercial, no caso de empresa individual;

**b)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**c)** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**6.1.2.1** A licitante fica dispensada da apresentação dos documentos enumerados nas letras a, b ou c deste subitem (6.1.2), caso já tenha apresentado quando do credenciamento junto ao pregoeiro;

**6.1.3 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

**b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

**c)** Prova de regularidade com a fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante;

**d)** Prova de regularidade com a fazenda estadual;

**e)** Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débito Relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União);

**Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMÍLIA**  
**RUA 20 DE MARÇO, 99**  
**C.N.P.J. 92.410.422/0001-53**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**

f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei;

g) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa (CNDT).

**Nota 1:** Os documentos deverão preferencialmente ser apresentados **ordenadamente, numerados seqüencialmente por subitem da habilitação**, de modo a facilitar sua análise.

**6.2.** O envelope de documentação que não for aberto:

a) Ao licitante presente será entregue ao final da sessão;

b) Ao licitante que apenas enviar os envelopes, ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

## **7 - DA ADJUDICAÇÃO:**

**7.1.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço por item será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

**7.2.** Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

**7.3.** Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

## **8 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:**

**8.1.** Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso, sob pena de decair este direito.

**8.2.** Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

**8.3.** A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

**8.4.** O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

**Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMÍLIA**  
**RUA 20 DE MARÇO, 99**  
**C.N.P.J. 92.410.422/0001-53**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**

**9. DOS PRAZOS:**

**9.1** Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 05(cinco) dias, convocará a vencedora para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**9.2** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**10 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO:**

**10.1** A entrega dos materiais será conforme necessidades e solicitação da Secretaria Municipal de Educação, sendo que a mesma será feita pelo secretário da educação, no prazo de até 30 dias.

**10.2** Os gêneros alimentícios entregues serão examinado(s)/conferido(s) para fins de verificação de sua compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo conservação, quantidade, qualidade e validade. Em caso de não aceitação dos produtos, fica a CONTRATADA obrigada a retirá-lo e a substituí-lo, no prazo a ser estabelecido pela Administração.

**10.3** Os itens desta licitação deverão ser entregues sem ônus, e dentro das especificações exigidas neste Edital, na Secretaria Municipal de Educação em sagrada família/RS.

**10.4** A fiscalização será feita pela Secretaria Municipal de Educação, que exercerá rigoroso controle, nas condições do item 10.2 deste edital.

**11 - DO PAGAMENTO:**

**11.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e apresentação de nota fiscal, assinada pelo responsável pelo recebimento das mesmas.

**11.2.** Nenhum pagamento isentará a contratada da responsabilidade pelos serviços/materiais ou implicará em sua aceitação.

**11.3.** Deverá a(s) empresa(s) vencedora(s), apresentar o número da conta bancária, da agência do Banco do Brasil para pagamento.

**11.4.** A nota Fiscal/Fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número de processo licitatório e número do Pregão, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do(s) bem(s) e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**12 DO REAJUSTE:**

Os preços cotados deverão ser fixos e irrevogáveis.

**13 - DAS PENALIDADES:**

**13.1** Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

**a)** deixar de apresentar a documentação exigida no certame: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;*

**b)** manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;*

**Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMÍLIA**  
**RUA 20 DE MARÇO, 99**  
**C.N.P.J. 92.410.422/0001-53**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**

- c)** deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;*
- d)** executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*
- e)** executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03(três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*
- f)** inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*
- g)** inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*
- h)** causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.*

**13.2** As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

**13.3** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### **14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**14.1** As despesas decorrentes da aquisição de que trata este edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

**Projeto/Despesa Há Previsão**

2056 | 33390.30.07.00.00.00 – GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

2099 | 33390.30.07.00.00.00 – GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

**14.2.** Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Sagrada Família, setor de licitações, rua 20 de março 99, pelo telefone (55) 3616-9103, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

**14.3.** Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de licitações.

**14.4.** Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

**14.5.** Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.

14.6. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou por servidor do Município de sagrada família, ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela

**Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMILIA**  
**RUA 20 DE MARÇO, 99**  
**C.N.P.J. 92.410.422/0001-53**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**

Administração.

14.7. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

14.8. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

14.9. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

#### **15. DAS MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVA**

15.1 - Microempresa ou empresa de pequeno porte, que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar N.º 123/2006 e alterações posteriores, disciplinados nos itens 16.1 a 16.4 deste edital, deverão apresentar, no Envelope n.º 01- Proposta, **declaração da junta comercial ou inscrição no Simples Nacional (cfe. Instrução Normativa 103/07) de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte**, além de todos os documentos previstos no item 6 deste edital.

15.2 - As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações posteriores, disciplinados nos itens 15.3 e 16.1 a 16.4 deste edital, conforme disposto no artigo 34, da Lei 11.488/2007 desde que também apresentem, no Envelope n.º 01 - Proposta, **declaração firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referida acima**, além de todos os documentos previstos no item 6 deste edital.

15.3 - A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atenderem ao item 15.2, que possuem restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, terão sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 2(dois) dias úteis a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

15.4 - O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

15.5 - O prazo de que trata o item 15.3 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

#### **16 - CRITÉRIO DE DESEMPATE**

16.1 - Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 15.2, deste edital.

16.1.1 - Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 5%(cinco por cento) à proposta de menor valor.

**16.1.2** - A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

**Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMILIA**  
**RUA 20 DE MARÇO, 99**  
**C.N.P.J. 92.410.422/0001-53**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**

**16.2** - Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento do lance.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 16.1.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea "a" deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresa e/ou empresa de pequeno porte e/ou cooperativa com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

**16.3** - Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfazer as exigências do item 16.2 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

**16.4** - O disposto nos itens 16.1 a 16.3, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa (que satisfaça as exigências do item 15.2 deste edital).

**16.5** - As demais hipóteses de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

**17**- Cópias do Edital poderão ser fornecidas na Prefeitura Municipal de sagrada familia, nos horários das 07:00 hs às 13:00 horas ou através do site [www.sagradafamilia.rs.gov.br](http://www.sagradafamilia.rs.gov.br).

**18** - Fica eleito o Foro da Comarca de Palmeira das Missões para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

**19- Fazem parte deste edital os seguintes anexos:**

- Anexo I- Especificação do Objeto e Formulário Padronizado de Proposta;

- Anexo II - Minuta de Contrato.

SAGRADA FAMILIA, 06/02/2013.

**ALCIDES CÉ DA SILVA**

**Prefeito Municipal**

**Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMILIA**  
**RUA 20 DE MARÇO, 99**  
**C.N.P.J. 92.410.422/0001-53**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013**  
**ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**  
**FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA**

<b>Fornecedor:</b>		
<b>Endereço:</b>	<b>Número:</b>	<b>Cidade:</b>
<b>CNPJ:</b>	<b>Insc. Estadual:</b>	<b>UF:</b>
<b>E-mail:</b>	<b>Validade da Proposta: Vide edital</b>	

Favor cotar os preços para fornecimento dos materiais/serviços abaixo especificados

Item	Sub. Item	Qtde.	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
1		50	PCT	CHOCOLATE EM PÓ, PACOTES DE 500 GR			
2		20	LATA	ACHOCOLATADO, 400 GR CADA			
3		25.160	KG	BISCOITO SALGADO, 740 GR			
4		25.600	KG	BISCOITO DOCE, 800 GR			
5		500	LITRO	LEITE INTEGRAL DE CAIXINHA, 1 LITRO			
6		85	LATA	OLEO, 900ML			
7		10	KG	SAL IODADO, 1 KG			
8		15	LATA	EXTRATO DE TOMATE, 850 GR			
9		600	LITRO	IOGURTE, 1 LITRO			
10		45	KG	SALSICHA, KG			
11		70	PCT	LEITE EM PÓ, 400 GR			
12		100	UND	ABACAXI			
13		40	PCT	AMIDO DE MILHO, 500 GR			
14		65	KG	MORTADELA			
15		45	PCT	SALAMONIACO			
16		75	CX	CALDO DE GALINHA, 126 GR			
17		65	LATA	FERMENTO EM PÓ, 100 GR			
18		20	PCT	CORANTE DE ALIMENTOS, 500 GR			
19		150	KG	ARROZ TIPO 1 5 KG			
20		240	KG	CARNE MOIDA, 1 KG			
21		250	KG	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO, KG			

EM, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**CONDIÇÕES DIVERSAS**

**VIDE EDITAL**

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA DO FORNECEDOR**

**Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMILIA**  
**RUA 20 DE MARÇO, 99**  
**C.N.P.J. 92.410.422/0001-53**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013**  
**ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**  
**FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA**

22		180	KG	AÇUCAR, 5 KG			
23		80	PCT	SAGU, 500 GR			
24		150	KG	FARINHA DE TRIGO, 5KG			
25		50	PCT	FARINHA DA MILHO, 2 KG			
26		400	KG	MAÇÃ, KG			
27		1260	KG	BANANA, KG			
28		40	KG	MARGARINA, 500 GR			
29		400	CX	GELATINA, CAIXINHA			
30		400	KG	MAMÃO, KG			
31		30	KG	LENTILHA, KG			
32		30	KG	CANJICA, KG			

EM, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**CONDIÇÕES DIVERSAS**

**VIDE EDITAL**

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA DO  
FORNECEDOR**

**ANEXO II**  
**MINUTA DE CONTRATO**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° -----/-----**  
**PARA -----**

Que fazem, o **MUNICÍPIO DE SAGRADA FAMÍLIA**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua 20 de março,99 inscrita no CNPJ/MF sob n.º 92.410.422/0001-53, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. -----, brasileiro, casado, doravante denominado **MUNICÍPIO CONTRATANTE** e -----, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de -----/RS, na -----, inscrita no CNPJ/MF sob n.º -----, neste ato representado por seu representante Sr.-----, brasileiro, -----, residente e domiciliado -----, inscrito no CPF/MF sob n.º -----, portador da cédula de identidade civil n.º -----, doravante denominado **CONTRATADA**, as partes acima qualificadas celebram, entre si, por este instrumento de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA REGÊNCIA**

O presente contrato administrativo reger-se-á, pelas normas da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo como base a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 02/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

**Aquisição de gêneros alimentícios, destinados a alimentação escolar da rede Municipal de Ensino**,conforme relação de itens adjudicados constantes da planilha, em anexo, e que fica fazendo parte integrante deste.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E DA ENTREGA**

A entrega dos alimentos será conforme necessidades e solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no prazo de até 06 (Seis) meses, sendo que a mesma será feita pelo Secretário Municipal de Educação , Sr. Leandro de Almeida Ardenghi, sendo que os mesmos serão examinado/conferido para fins de verificação de sua compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a quantidade, qualidade e perfeito funcionamento. Em caso de não aceitação do objeto, fica a CONTRATADA obrigada a retirá-lo e a substituí-lo, no prazo a ser estabelecido pela Administração;

A responsabilidade pela entrega dos alimentos será inteiramente da empresa vencedora, na área de abrangência municipal, sem ônus para o Município e dentro das especificações exigidas no Pregão Presencial 02/2013.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância total de R\$ -----(-----).

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos e apresentação de nota fiscal, assinada pelo responsável pelo recebimento das mesmas.

A empresa deve apresentar o número da conta bancária, da agência do Banco do Brasil para pagamento.

Nenhum pagamento isentará a contratada da responsabilidade pelos serviços/materiais ou implicará em sua aceitação

**CLÁUSULA QUINTA- DA DESPESA**

A despesa decorrente do presente Contrato correrá por conta dos seguintes códigos e rubricas:

**Projeto/Despesa Há Previsão**

2056 | 33390.30.07.00.00.00 – GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

2099 | 33390.30.07.00.00.00 – GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

**CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penas de natureza civil (cláusula penal), compensatórias das perdas e danos sofridas pela Administração, conforme art. 408 e ss, do Código Civil, e Administrativa, nos moldes do art. 87, da Lei nº 8.666/93:

- a) São aplicáveis ao presente contrato, inclusive, as Sanções Administrativas estabelecidas nos artigos 86 a 88 e sanções penais estabelecidas nos artigos 89 a 99 da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como as disposições do Código de Defesa do Consumidor.
- b) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado;*
- c) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*
- d) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03(três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*
- e) inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*
- f) inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*
- g) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.*

A penalidade de multa será aplicada ainda nas seguintes hipóteses e percentuais:

I) Por atraso na entrega do material: 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da quantidade entregue fora do prazo, até o limite de 15 (quinze) dias corridos. Do 16º dia em diante poderá ser considerada inexecução do contrato;

II) O prazo para pagamento das multas será de até 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. À critério da Administração Municipal e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo;

Os materiais/serviços deverão seguir RIGOROSAMENTE as especificações do presente edital Pregão Presencial 03/2013 e contrato e deverão ser de boa qualidade sob pena de devolução.

Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

O presente Contrato é regido em todos os seus termos pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a qual terá sua aplicabilidade, também nos casos omissos.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES**

O MUNICÍPIO CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente ao Contratado.

A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de fiscalização, verificação e controle a serem adotados pelo Município CONTRATANTE.

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- 1) Entregar os produtos de acordo com as características e exigências do presente contrato.
- 2) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% do valor contratado inicialmente;
- 3) É de responsabilidade da CONTRATADA os encargos trabalhista, fiscal ou previdenciária, bem como as normas de higiene, por cujos encargos responderá unilateralmente;
- 4) A justificativa e a prorrogação do contrato, se houver, dependerão de aceite e aprovação do Poder Público Municipal;

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO**

O MUNICÍPIO CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos artigos 78, inciso I a XII, da Lei 8.666/93, sem que caiba o Contratado o direito de qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes.

Parágrafo Único: o presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

O contrato será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização a CONTRATADA, nos casos de:

- a) Falência ou liquidação da CONTRATADA;
  - b) Incorporação, fusão ou cisão da CONTRATADA que venha a prejudicar a execução do contrato;
  - c) Transferência a outrem, no todo ou em parte as obrigações decorrentes do contrato sem a autorização do Município;
  - d) Manifesta irresponsabilidade por parte da CONTRATADA de cumprir com as obrigações assumidas;
  - e) Procedimentos irregulares da CONTRATADA, que venha causar transtornos ou prejuízos para o Município e/ou terceiros;
- A rescisão do contrato unilateralmente pelo Município acarretará as seguintes conseqüências, sem prejuízo de outras de caráter civil ou criminal, se necessárias:
- I) Assunção imediata do objeto do contrato, por ato próprio do Município, mediante a lavratura de termo circunstanciado;
  - II) Responsabilização da CONTRATADA por prejuízos causados ao Município;

#### **CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização, em relação às quantidades e qualidades dos materiais recebidos, será feita pela Secretário Municipal de Educação, Sr. Leandro de Almeida Ardenghi, ou por quem eventualmente venha a substituí-la nesta função.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – BASE DE CÁLCULO PARA EVENTUAIS MULTAS, PENALIDADES E DEMAIS SANÇÕES**

O presente contrato terá para base de cálculo para eventuais multas, penalidades e demais sanções, o percentual de 80% do valor do contrato, sendo assim o valor de R\$ ----- (-----).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Palmeira das Missões para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justos e contratados, lavrou-se o presente contrato, em duas vias em originais de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, é assinado pelas partes, juntamente com duas testemunhas.

Sagrada Família (RS), de de 2013.

**Prefeito Municipal,  
Contratante**

**Contratada**

**Testemunhas:**